



Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,29% São Paulo	143.398 16/10 17/10 20/10 21/10	R\$ 5,390 (+ 0,37 %)	15/outubro 5,462 16/outubro 5,443 17/outubro 5,405 20/outubro 5,370	R\$ 1.518	R\$ 6,253	14,90%	Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11

PARLAMENTO

Aprovada urgência para PL da bagagem

Segundo o relator, a proposta, que impede cobrança pelo transporte da mala de mão, será votada nesta semana

» WAL LIMA

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o regime de urgência para votação do projeto de lei que proíbe a cobrança pela bagagem de mão em voos domésticos e internacionais. A proposta, de autoria do deputado Da Vitória (PP-ES) e relatada por Neto Carletto (Avante-BA), garante ao passageiro o direito de embarcar com uma mala de até 10 quilos e um item pessoal sem custo adicional.

Com a urgência aprovada, o texto poderá ser votado diretamente no plenário, sem passar pelas comissões temáticas. Segundo o relator, o mérito deverá ser analisado entre amanhã e quinta-feira, após acordo entre Câmara, Senado e governo.

“É importante manter esse diálogo junto com a Anac, porque eles também têm acesso aos estudos que nos permitem fazer uma avaliação técnica e entender até que ponto os passageiros podem ter uma diminuição real no valor das passagens”, afirmou Carletto, em entrevista coletiva concedida momentos antes da votação.

O parlamentar reforçou que o foco do projeto é exclusivamente a proibição da cobrança pela bagagem de mão, sem retomar a discussão sobre o despacho gratuito de malas, tema vetado em 2022 pelo então presidente Jair Bolsonaro. “O meu compromisso é com o escopo inicial do projeto, que trata da bagagem de mão. As outras questões estão sendo avaliadas com os líderes, com a Anac e com o ministro dos Portos e Aeroportos, para que a gente chegue a um texto de consenso e que traga uma solução efetiva para a sociedade”, completou.

Comissão especial

Durante as negociações, Carletto anunciou que a Câmara deverá criar uma comissão especial para discutir o sistema de transporte aéreo no país, tema que vem sendo alvo de críticas por parte dos consumidores. A ideia é que o grupo analise, com mais profundidade, a qualidade dos serviços prestados pelas companhias aéreas, os

atrasos e o extravio de bagagens.

“Eu sugeri ao presidente Hugo Motta a criação de uma comissão para discutir o transporte aéreo no Brasil, e houve ampla maioria de apoio entre os líderes. A intenção é debater desde o atendimento ao consumidor até os incentivos financeiros que o setor já recebeu. Queremos uma prestação de contas e uma resposta concreta à sociedade”, afirmou o relator.

Segundo Carletto, o colegiado deverá ser instalado ainda neste ano, com os trabalhos iniciando em 2026. “A ideia é produzir um relatório com propostas de aperfeiçoamento da legislação e medidas que melhorem a qualidade do serviço aéreo no país”, disse.

Abuso

Logo após a votação, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), comemorou a aprovação da urgência e defendeu uma resposta rápida do Congresso contra o que classificou como um “abuso” das companhias aéreas.

“Aprovado o requerimento de urgência, nós vamos agora fazer um trabalho, juntamente com o relator, deputado Neto Carletto, de construção desse relatório, para que a Câmara possa evitar esse abuso das companhias aéreas, no sentido de querer criar uma receita extra cobrando pela bagagem de mão”, afirmou.

Motta lembrou que o Congresso já havia aprovado um projeto semelhante, vetado em 2022, que impedia a cobrança pelo despacho de bagagens. “Sob o argumento de que essa cobrança ajudaria a reduzir o preço das passagens, o que não aconteceu. As passagens estão cada vez mais caras, e o passageiro paga, também, para despachar a bagagem. Cobrar pela bagagem de mão é algo com que esta Casa não irá concordar”, destacou o presidente.

Parceria

Na semana passada, o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Tiago Faierstein, afirmou que o órgão está colaborando com o Congresso na construção de

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Com aprovação da urgência, a proposta que proíbe cobranças por bagagens de mão poderá ser apreciada amanhã, sem precisar passar por comissões



As passagens estão cada vez mais caras, e o passageiro paga, também, para despachar a bagagem. Cobrar pela bagagem de mão é algo com que esta Casa não irá concordar”

Hugo Motta, presidente da Câmara

uma regulação equilibrada, que garanta o direito dos passageiros sem comprometer a competitividade do setor aéreo.

“Ouvimos os anseios da Câmara e entendemos as necessidades dos passageiros. Queremos construir juntos um projeto de lei que traga segurança jurídica, mantenha os custos das passagens acessíveis e preserve a competitividade do mercado aéreo brasileiro”, disse, na ocasião, Faierstein.

Ele explicou que, embora não haja cobrança pela bagagem de mão em voos domésticos, algumas empresas internacionais têm adotado tarifas diferenciadas. Segundo Faierstein, a Anac solicitou esclarecimentos formais às companhias aéreas e recebeu retorno de que a Latam já implementou a cobrança e a Gol planeja fazê-lo, enquanto a Azul

informou que manterá a gratuidade.

Faierstein acrescentou que a agência está preparando um plano de comunicação para ampliar a transparência sobre as tarifas e conduzir estudos técnicos que subsidiarão o texto final do projeto. “Nosso papel é técnico. Vamos apoiar o Congresso na construção de uma solução definitiva, garantindo estabilidade para o setor e benefícios para o consumidor”, concluiu.

A Resolução nº 400/2016 da Anac define que todo passageiro tem direito a levar uma bagagem de mão de até 10 quilos, dentro dos limites de tamanho e quantidade estabelecidos pelas companhias. Já a bagagem despachada é considerada um serviço adicional, sujeito a cobrança, e deve seguir regras uniformes em todo o trecho contratado.

Entenda o caso

» Passageiros têm direito a uma mala de mão de até 10 kg e um item pessoal, segundo a Resolução nº 400/2016 da Anac.

» Algumas companhias aéreas começaram a cobrar em tarifas ultracombinadas ou voos internacionais, quando a mala precisa ser despachada no porão.

» A prática se intensificou em 2024-2025, especialmente pela LATAM e Gol, gerando críticas de consumidores e associações de defesa do consumidor.

Governo fatia projeto de lei para destravar LDO

Diogo Zacarias/MF



Haddad: os projetos trarão aumento de receita e corte de gastos

» RAPHAEL PATI

O governo deve enviar, ainda nesta semana, dois projetos de lei para compensar a perda de arrecadação com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) 1.303, que caducou no Congresso Nacional. A expectativa era de que os textos fossem enviados ontem, mas ainda faltam detalhes a acertar entre o Ministério da Fazenda e a Casa Civil. O primeiro projeto deve incluir medidas para garantir o controle fiscal e envolve o corte de despesas, enquanto que o segundo pode tratar sobre a tributação de bets e fintechs, da mesma forma que previa a medida derrubada no Congresso.

A informação foi adiantada pelo ministro Fernando Haddad, que afirmou que as duas propostas

serão incluídas em PLs já em tramitação nas casas. “Como houve muita polêmica em relação à questão de receita e despesa no mesmo ‘diploma legal’, a decisão da Casa Civil vai ser entregar dois ‘diplomas’, dois PLs separados tratando das matérias, para que a oposição também não tenha o pretexto de não votar o que eles reivindicam, que é a agenda deles, que seria organizar as despesas do governo”, disse, ontem, o chefe da pasta, em entrevista à Globonews.

Haddad disse que o líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), se dispôs a incluir as duas medidas em um relatório que seja votado ainda nesta semana. O governo tem pressa para anunciar as medidas para destravar a análise do relatório final da Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO) de 2026 na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O adiamento da votação da peça orçamentária pode atrasar, também, a liberação das emendas parlamentares.

Segundo o ministro, as medidas que tratam da revisão de despesas podem gerar um acréscimo de até R\$ 20 bilhões para as contas públicas. Durante o programa, o chefe da pasta voltou a comentar sobre o desejo do governo federal em retomar a discussão sobre a taxação de bets e fintechs. “Tem fintech que é maior que banco e paga uma tributação diferenciada. Então não existe essa coisa de super simples para tributação financeira. A instituição financeira tem que pagar a mesma tributação”, acrescentou o ministro.

O chefe da pasta ainda revelou que na conversa recente que teve

com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicano-PB), disse que a previsão de R\$ 7 bilhões para o corte de emendas era um número “subestimado” e que o impacto do contingenciamento deve ser maior. Mais cedo, na chegada à sede da Fazenda, o ministro rebateu as críticas sobre a falta de cortes de gastos na proposta orçamentária e voltou a afirmar que o governo estaria perseguindo o centro da meta fiscal.

“Nós precisamos equacionar o orçamento, levar a consideração do Congresso e isso os dois presidentes das casas estão a par, de que nós temos que encontrar um caminho para ajustar as contas direitinho e não ter nenhum percalço no ano que vem, como não tivemos nos últimos anos”, defendeu o ministro.